

# Técnico propõe interiorizar

“Somos ainda um país litorâneo, voltado para o colonizador europeu, e no qual 70 por cento do Produto Interno Bruto se concentra à beira-mar, de Salvador a Porto Alegre”. A afirmação, em tom crítico, é do coordenador de Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, Fernando José de Almeida, que defendeu, ontem, no I Fórum Nacional sobre Migração, um novo eixo geoecônômico no País, partindo de Uruguaiana (Rio Grande do Sul), passando por Ribeirão Preto (São Paulo) e indo até Patos de Minas (Minas Gerais).

Representando o secretário Egberto Baptista, Fernando Almeida sugeriu, ainda, um critério pelo qual Governo e sociedade possam buscar um novo ordenamento para as migrações — “o da superposição dos itens retorno econômico e repercussão social, de forma a que o direito inalienável de ir e vir ocorra de forma sobretudo digna”.

Esse conhecimento prévio já seria uma realidade nos dias de hoje, acredita Fernando: “Estão aí os dados estimativos da Sudepe, anteriores mesmo ao censo demográfico, e que indicam um decréscimo sensível no fluxo migratório, por todo o País. E, paralelamente, de uma queda



Fernando sugere novo eixo

nas taxas de natalidade e de fecundidade”. Em sua opinião, “os migrantes em potencial hoje são mais informados sobre a saturação das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, onde o crescimento é tão-somente inercial”.

Mas, apesar desses sintomas positivos, de que a migração esteja em queda — “é preciso que o Governo intervenha no processo, localizando e priorizando novas opções de ocupação geoecônica, locais onde os migrantes possam se desenvolver economicamente e também no plano social, valorizados os aspectos humanos e ecológicos”.

E sugeriu, como opções, o vale do São Francisco, a calha amazônica, Alta Floresta e toda a região geoecônica do Distrito Federal, incluindo Goiás e Minas Gerais.

De acordo com Fernando Almeida, falta ao País uma política de aplicação de recursos: “A inadequação da utilização dos recursos públicos, explicitada nas dificuldades de acesso ao crédito, à produção e à tributação agravam o problema da má distribuição de renda no País”. É a essa inadequação que o Governo atribui o fato de “o País não poder dizer-se desenvolvido, apesar das elevadas taxas de crescimento econômico”.

A interiorização, na sua opinião, “é o pressuposto básico da atuação da Secretaria do Desenvolvimento Regional”. E, dentro do contexto migratório, tema e motivação do fórum, “o nosso objetivo macro é justamente a atenuação das disparidades interregionais e interpessoais de renda, através do crescimento com distribuição do produto interno, e da reorientação das atividades produtivas no território nacional”. Ao entender que essa doutrina passa, necessariamente, por uma articulação consequente do crédito, da tributação e do investimento público, Fernando acredita estar no interior “a solução para os problemas vivenciados em nossos centros urbanos”.